PROJETO DE LEI Nº. 10 , DE 2016

Modifica dispositivos que especifica do Decreto nº. 2.975, de 07 de outubro de 1987.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º O § 1º do artigo 35 do Decreto do Executivo nº 2.795, de 07 de Outubro de 1.987, alterado pelo Decreto nº 11.154, de 06 de Agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.....
§ 1º - Verificada qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro, até que se proceda sua correção, o consumo será cobrado pela média das seis últimas medições registradas em metros cúbicos.
.....”

Art. 2º O artigo 47 e seu parágrafo único do Decreto do Executivo nº 2.795, de 07 de Outubro de 1.987, alterado pelo Decreto nº 11.154, de 06 de Agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47 - Ocorrendo aumento extraordinário do consumo, que, a critério do SAMAE, seja devido a vazamentos involuntários no alimentador e ou na instalação predial, poderá o SAMAE deduzir, para efeito de cobrança de consumo, a diferença entre o consumo registrado pelo medidor e a média dos consumos anteriores, apurada conforme o parágrafo primeiro do artigo 35.

Parágrafo Único - A dedução a que se refere este artigo não poderá exceder a seis vezes.
.....”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 11.154, de 06 de agosto de 2004.

Sala “Ulysses Guimarães”, 21 de março de 2016.

Vereador Eng.º DANIEL ROSSI
Líder da Bancada do PR

AUTÓGRAFO N.º 5.579, DE 2016
(Projeto de Lei nº. 10/2016)

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º O § 1º do artigo 35 do Decreto do Executivo nº 2.795, de 07 de Outubro de 1.987, alterado pelo Decreto nº 11.154, de 06 de Agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.....
§ 1º - Verificada qualquer anormalidade no funcionamento do hidrômetro, até que se proceda sua correção, o consumo será cobrado pela média das seis últimas medições registradas em metros cúbicos.
.....”

Art. 2º O artigo 47 e seu parágrafo único do Decreto do Executivo nº 2.795, de 07 de Outubro de 1.987, alterado pelo Decreto nº 11.154, de 06 de Agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47 - Ocorrendo aumento extraordinário do consumo, que, a critério do SAMAE, seja devido a vazamentos involuntários no alimentador e ou na instalação predial, poderá o SAMAE deduzir, para efeito de cobrança de consumo, a diferença entre o consumo registrado pelo medidor e a média dos consumos anteriores, apurada conforme o parágrafo primeiro do artigo 35.

Parágrafo Único - A dedução a que se refere este artigo não poderá exceder a seis vezes.
.....”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 11.154, de 06 de agosto de 2004.

Câmara Municipal de Mogi Guaçu, 05 de abril de 2016.

Ver. CARLOS DONIZETE DA COSTA
Presidente

Ver. IVENS SABINO CHIARELLI
1º Secretário

Ver. THOMAZ DE OLIVEIRA CAVEANHA
2º Secretário